



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no APELAÇÃO CIVEL Nº 283998-5 – Olinda- 2º
Vara Cível

EMBARGANTE: ANDRÉ FELIPE MARTINS PEREIRA

EMBARGADO: MANOEL MARQUES DE PINHO SEABRA NETO E OUTRO

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

2ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO A SER SANADA – PROPÓSITO DE REJULGAMENTO DE FEITO – ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

I - Os fatos e fundamentos apresentados no apelo foram devidamente apreciados, não havendo que se falar em omissão desta Câmara.

II - A estreita via dos embargos declaratórios não se presta para forcejar o re julgamento do feito. O seu escopo está em suprir eventuais eivas do julgado.

III – Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO: À unanimidade de votos, os Embargos foram rejeitados, nos termos do voto do Relator.

DATA DO JULGAMENTO: 03 de setembro de 2014

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº Nº 283998-5**, em que é embargante ANDRÉ FELIPE MARTINS PEREIRA e embargado MANOEL MARQUES DE PINHO SEABRA NETO E OUTRO, ACORDAM os Exmos. Srs. Desembargadores, componentes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, rejeitar os aclaratórios, nos termos do voto do Relator.

Recife, 16 de setembro de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR



522
M

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na APELAÇÃO CÍVEL Nº 283998-5 – Olinda – 2ª
Vara Cível.**

Embargante: André Felipe Martins Pereira.

Embargados: Manoel Marques de Pinho Seabra Neto e Geny Marques Seabra.

Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 512/516) opostos por André Felipe Martins Pereira, em face do Acórdão (fls. 506/507) que, negou provimento ao Apelo, mantendo a sentença (fls. 409/414) que julgou improcedente a pretensão autoral, revogando a liminar concedida, restaurando todos os efeitos do mandado de reintegração de posse expedido em favor dos Réus/Embargados (processo n.º 2001.2739-6).

Em suas razões recursais, o Embargante argui contradição quanto a falta de oportunidade de provar as suas alegações, sendo notória a contradição. Assevera ainda omissões quanto a ausência de dilação probatória e a considerada posse precária, sob o fundamento de que o ora Embargante, deveria conhecer da ação de reintegração que foi parte. Visa ainda, prequestionar dispositivos legais suscitados, e pugna, ao final, pelo acolhimento do presente recurso, nos termos aduzidos, e consequente modificação do Julgado.

É o Relatório.

VOTO

Estando presentes os pressupostos processuais necessários à sua admissibilidade, conheço dos embargos.

Neste ponto, analisaremos se a decisão embargada possui alguma das contradições e omissões indicadas pela parte Embargante, no que diz respeito ao suposto cerceamento de defesa e de sua considerada posse precária.

7

523
M

O art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo Julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

A Ementa do Acórdão guerreado, constante às fls. fls. 506/507, dispôs o seguinte:

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. POSSE (BEM IMÓVEL). AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. AGRAVO RETIDO. NEGADO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONHECIDO. MÉRITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA POSSE DA PARTE AUTORA SOBRE O IMÓVEL DESCRITO NA INICIAL.

1. O agravo retido assevera cerceamento de defesa, sob a tese de que foi indeferido o pedido de produção de prova testemunhal e pericial. Nesse diapasão, não se configura cerceamento de defesa ou afronta aos princípios da ampla defesa e do contraditório, quando o magistrado indeferir diligências ou a necessidade de produção de provas (art. 130 do CPC). Agravo retido que se nega provimento.

2. Preliminar de Cerceamento de Defesa. Preliminar não conhecida, por se tratar de pedido repetido (bis in idem), se confundindo inteiramente com os argumentos do Agravo Retido.

3. Mérito. Sabe-se que o interdito proibitório, é um instrumento possessório, previsto no art. 932 do Código de Processo Civil, destinado à proteção da posse ainda não esbulhada ou turbada, mas que se encontra na iminência de o ser, sendo irrelevante qualquer discussão acerca da propriedade.

4. Para que a ação seja julgada procedente, é necessário que reste comprovada a posse da parte autora sobre o imóvel em questão, bem como o justo receio de que esta posse está prestes a ser molestada, quer esbulhada ou meramente turbada.

5. Não tendo a autora se desincumbido de seu ônus de provar a posse sobre o bem litigado, e tendo a medida possessória, o único propósito de impedir o cumprimento de sentença de rescisão de promessa de compra e venda e reintegração de posse, já transitada em julgado, deve ser mantida a sentença que entendeu pela improcedência da demanda."

De uma verificação dos fundamentos do recurso e reanálise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi devidamente tratada por ocasião do respectivo Julgamento, de forma explícita e bem delineada, sendo flagrante a intenção do Embargante em rediscutir a matéria, ainda mais, quando notória a intenção de rediscutir sobre o alegado cerceamento de defesa, bem como da posse precária, já exaustivamente debatido no voto condutor do Aresto.

A respeito da ausência de omissão e para os casos de rediscussão da matéria, colhem-se os Arestos:

7

524
M
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. É de negar-se provimento aos embargos de declaração que, a pretexto de sanar omissão, pretendem na verdade a rediscussão da matéria.

(PR 0021269-97.2010.404.0000, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 18/01/2011, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/02/2011).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, incabíveis revelam-se os embargos declaratórios opostos para fins de rediscussão da matéria.

(775249 SC 2010.077524-9, Relator: Sônia Maria Schmitz, Data de Julgamento: 10/01/2012, Quinta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2010.077524-9/0001.00, de Videira).

Além disso, o STJ entende da mesma maneira, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 535 CPC]. A hipótese de cabimento dos Embargos de Declaração por contradição se restringe àquela interna da própria decisão, e não aos entendimentos divergentes em relação a outro decisum. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados. 535 CPC.

(1351015 DF 2010/0174050-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 17/03/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011).

De mais a mais, acrescenta-se que consoante pacífica Jurisprudência, o Julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte, se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhe da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CTB - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]"

(STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008).

7
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para

529
M

expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido.

(Agravo Regimental nº 169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).

Assim sendo, inexistente vício algum no Acórdão embargado, o qual declinou, de maneira expressa, as razões pela qual foi negado provimento ao recurso, de modo que a omissão, obscuridade ou contradição devem existir no próprio texto embargado, e não no cotejo deste com o entendimento da parte irrisignada.

Por derradeiro, considero consumado o prequestionamento dos suscitados dispositivos legais, pretendido pelo Embargante.

Face ao exposto, conheço dos Aclaratórios, para efeito de prequestionamento, porém, voto para que sejam rejeitados, por falta de amparo legal.

É como Voto.

Recife 07 de setembro de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR